

PESQUISA-INTER(IN)VENÇÃO E CAMINHOS PARA O FORTALECIMENTO DA ESCOLA PÚBLICA COMO DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO JUVENIL, PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

RESEARCH-INTER(IN)VENTION AND PATHWAYS TO STRENGTHEN PUBLIC SCHOOLS AS A DEVICE FOR YOUTH PROTECTION, PREVENTION AND COPING WITH VIOLENCE

DOI: 10.16891/2317-434X.v13.e2.a2025.id2142

Recebido em: 30.07.2024 | Aceito em: 06.02.2025

**João Paulo Pereira Barros^a, Camila Ribeiro de Oliveira^a, Carla Jéssica de Araújo Gomes^{a*},
Laisa Forte Cavalcante^a, Lívia Lima Gurgel^a, Ana Thais de Albuquerque Norões Boutala^a,
Levi de Freitas Costa Araújo^a, Virgílio Soares Luna Coelho^a**

Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza – CE, Brasil[®]
***E-mail: carlajessica.cjag@gmail.com**

RESUMO

Este artigo objetiva apresentar uma experiência de pesquisa-inter(in)venção em Fortaleza que contribuiu para a construção coletiva de perspectivas para o fortalecimento da escola pública como dispositivo de proteção juvenil, prevenção e combate à violência. Em seus caminhos metodológicos, o texto sustenta a aposta inter(in)ventiva da pesquisa, resalta a construção colaborativa do processo investigativo e sua operacionalização a partir da criação de um grupo de trabalho e de oficinas com gestores/profissionais das escolas, estudantes e referências comunitárias. Os resultados destacam as dez recomendações elaboradas participativamente. A partir de experimentações contracoloniais na micropolítica da investigação, a pesquisa-inter(in)venção colaborou com a confluência de sujeitos, territórios e instituições, com a ressonância de múltiplas vozes implicadas na garantia de direitos humanos, com a articulação entre territórios escolares e comunitários e com a potencialização da incidência técnico-política de tais atores a partir da produção colaborativa de conhecimento.

Palavras-chave: Violência; Escola; Pesquisa Participativa.

ABSTRACT

This article aims to present a research-intervention(in)experience in Fortaleza that contributed to the collective construction of recommendations for strengthening the school institution as a device for youth protection, prevention and combat against violence. In its methodological paths, the text highlights the collaborative construction of the investigative process and its operationalization through the creation of a working group and the holding of workshops with school managers/professionals, students and community references. Resulting from the research's participatory devices, ten recommendations were developed to combat violence in school territories and strengthen the school as a space for youth protection. Based on (s)colonial experiments in the micropolitics of investigation, research-inter(in)vention collaborated with the resonance and confluence of multiple voices, with the articulation between school and community territories and with the affirmation of the possibilities of technical policy of such actors based on the collaborative production of knowledge.

Keywords: Violence; School; Participatory Research.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar como uma experiência de pesquisa-inter(in)venção em um território periferizado de Fortaleza que, ao almejar a criação de dispositivos colaborativos de análise sobre como a violência armada no território opera no cotidiano de juventudes de escolas públicas, contribuiu também para a construção coletiva de recomendações para o fortalecimento da instituição escolar como dispositivo de proteção juvenil, prevenção e combate à violência. Essas contribuições são desdobramentos da pesquisa “Aspectos psicossociais da violência e práticas de re-existência juvenis em periferias de Fortaleza-CE”, construída através da parceria entre o Centro de Defesa da Vida Herbet de Souza (CDVHS), as escolas públicas de ensino médio do Grande Bom Jardim (GBJ) e o Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES), vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Estudos indicam que as transformações sociais da violência e das disputas por controles de territórios de favelas no Ceará nos últimos anos têm impactado de maneira contundente as populações que vivem em periferias urbanas, sobretudo as juventudes, que sofrem de modo mais direto com a violência letal ou com outras repercussões em suas vidas, como a limitação do direito de ir e vir nas comunidades, resultando em dificuldades de acesso e permanência em escolas públicas de periferias. Isso tem feito alguns alunos/as de escolas públicas em contextos de acirramento de conflitos territoriais a interromperem seus estudos ou mudarem de escola (CAVALCANTE *et al.*, 2021; CAVALCANTE; NUNES; ALVES; GOMES; BARROS, 2022). Dessa maneira, os efeitos psicossociais da violência armada, como uma das atualizações da lógica colonial, intensificam processos de precarização da vida das juventudes periféricas (BARROS *et al.*, 2018; PAIVA, 2019; BUTLER, 2018).

Considerando esse cenário, foi pensada uma pesquisa guarda-chuva intitulada “Aspectos psicossociais da violência e práticas de re-existência juvenis em periferias de Fortaleza-CE”, cuja fase quantitativa,

denominada “Violência no Grande Bom Jardim sob a perspectiva de estudantes de escolas públicas de ensino médio: vitimização, percepções sobre segurança e repercussões educacionais” (BARROS *et al.*, 2023a), forneceu subsídios para a elaboração de uma etapa qualitativa correspondente à experiência de pesquisa-inter(in)venção que será apresentada neste artigo. Nela, visamos, a partir da análise coletiva dos dados produzidos na fase anterior sobre vitimização, percepção de segurança e impactos educacionais da violência presente nos territórios, construir caminhos para fortalecer a escola como espaço de proteção juvenil, prevenção e combate à violência. Como resultado, foram produzidas recomendações, pensadas sob um prisma interseccional¹ e multidimensional, que pudessem ser instrumentos de incidência técnico-política das organizações atuantes no território junto ao poder público, que serão aqui apresentadas. A importância de se trabalhar no âmbito da proteção juvenil, do combate e prevenção às violências e das formações sociais democráticas implicam a preservação do direito ao acesso seguro e permanência qualificada no espaço escolar, além do fortalecimento de vínculos, aprendizagens relevantes e leitura crítica da realidade, respeito e acolhimento às diversidades.

Em revisão de literatura realizada sobre a interface entre violência e escola, Silva e Negreiros (2020) indicam que pouquíssimos trabalhos que se debruçam sobre a temática no Brasil contemplam em suas análises as percepções de alunos, professores, pais, gestores e comunidade. Pensando nisso, na parte qualitativa do estudo, que iremos apresentar neste texto, decidimos apostar na produção coletiva de uma polifonia de vozes dos diversos públicos que habitam e constroem os territórios escolares. Portanto, ao partilhar essa experiência inter(in)ventiva, buscamos explicitar modos de fazer pesquisa participativa neste contexto que contemplem, em toda tessitura investigativa, processos dialógicos e colaborativos entre universidade, estudantes, profissionais, gestores e comunidade.

¹ De acordo com Akotirene (2018, p. 14), a interseccionalidade - como ferramenta que nos permite compreender e identificar as articulações entre desigualdades de raça, gênero, classe social, território, entre outras, na produção de opressões e privilégio - se constitui como uma

sensibilidade ética, analítica e política, dando aparato teórico-metodológico “à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado”.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

As recomendações presentes nos resultados deste artigo estão alinhadas à proposta da pesquisa-inter(in)venção, cuja configuração caminha para a produção de micropolíticas de transformação social. Ela faz parte do escopo de Pesquisas Participativas em Psicologia Social e se volta à investigação qualitativa das multiplicidades da vida de grupos, em suas práticas sociais e institucionais, e dos processos de subjetivação (COSTA; MOURA JÚNIOR; BARROS, 2020). Nosso modo de trabalhar com pesquisa-inter(in)venção se alia com perspectivas da filosofia da diferença, da análise institucional e da esquizoanálise, tendo inspiração, por exemplo, no método da cartografia (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2010), mas também aposta na invenção conexões com referências outras, na encruza com os estudos descoloniais/contracoloniais/pós-coloniais, feministas e da educação popular, os quais possibilitam um *ethos* marginal de pesquisa, isto é, uma pesquisa nas margens, sobre as margens e com as margens, que busca potencializar insurgências inventivas e colaborativas da investigação desde as margens, não só do ponto de vista metodológico (a partir de estratégias de construção conjunta de todo o percurso investigativo), mas também do ponto de vista teórico-epistêmico (deslocando-se a partir da confluência e do envolvimento com saberes apagados, desqualificados e silenciados por práticas epistemicidas).

Apostar em uma perspectiva de pesquisa que se abre à invenção conjunta de seu percurso desde as margens e à confluência inventiva de saberes de matrizes diversas, cujo encontro sustenta suas diferenças e ao mesmo tempo potencializa suas insurreições às formas de dominação contemporâneas, é, no nosso entendimento, radicalizar alianças (po)ético-estético-políticas capazes de articular produção de conhecimento socialmente referenciado e micropolíticas de transformação social, a partir da reflexividade contínua do/a pesquisador/a, do enfrentamento às colonialidades (inclusive da/na própria pesquisa) e da luta contra formas de subalternização que interseccionam marcadores raciais, de gênero/sexualidade, classe social, territoriais, geracionais, dentre outros (BARROS; CALAIS; SILVA; GOMES, 2021; BENÍCIO, 2022; RODRIGUES, 2022).

Ao compreendermos que as pesquisas participativas constroem um campo de demandas coletivas e alternativas coletivas aos anseios de grupos subalternizados (MENEZES; COLAÇO; ADRIÃO, 2018), adotamos, na pesquisa-inter(in)venção, em sua busca por promover transformações sociais a partir das construções coletivas de conhecimentos, um *ethos* de colaboração entre participantes e pesquisadores/as, considerando que as interações entre esses atores possibilitam e potencializam fissuras nos modos de subjetivação que sustentam relações de dominação, potencializando (re)existências crítico-criativas dos diferentes sujeitos, grupos, coletivos e territórios envolvidos. Isto se deve à aposta na potencialidade da pesquisa de “performar mundos e modos de subjetivação, movendo, problematizando, alargando e, quiçá, desfazendo fronteiras, a fim de que seu caráter participativo esteja ligado à sua capacidade de produzir planos comuns *entre e com os/as* partícipes da pesquisa” (COSTA; MOURA JÚNIOR; BARROS, 2020, p. 23).

Nesta pesquisa, o caráter participativo e inter(in)ventivo do estudo envolveu dois mo(vi)mentos. No primeiro, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) composto por referências comunitárias e estudantes pesquisadores do território para elaborar toda a pesquisa, desde o tema, o problema, os objetivos, as estratégias metodológicas, a execução, a análise e os desdobramentos em recomendações e incidência social e institucional junto às autoridades administrativas. Já o segundo envolveu a elaboração e execução conjunta pelo GT de uma oficina, intitulada “Caminhos para o fortalecimento da função protetiva da escola frente à Violência”, visando construir, junto a gestores, docentes, estudantes e referências comunitárias e acadêmicas, recomendações ao poder público para fazer frente à violência que atinge juventudes no contexto das periferias urbanas cearenses. Aposta-se, com isso, no caráter inter(in)ventivo da pesquisa, a partir da invenção conjunta entre participantes e pesquisadores/as (COSTA; MOURA JÚNIOR; BARROS, 2020), o que tensiona e produz uma ruptura aos modos tradicionais de se fazer pesquisa.

Desenvolvida pelo GT, a oficina aconteceu em três edições. A primeira foi realizada de modo virtual, no dia 7 de outubro de 2023. Na ocasião, foram escutados profissionais ligados à Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC) e professoras/es e gestoras/es das escolas do

CBJ sobre caminhos para o fortalecimento das escolas e para tornar esses espaços ainda mais protetivos. Nesta edição, os/as participantes foram divididos em dois subgrupos, para os quais foram apresentados os principais

dados quantitativos obtidos na fase anterior da pesquisa. Tais dados foram organizados em 4 blocos e cada subgrupo se debruçou sobre as 4 questões mobilizadoras abaixo:

Tabela 1. Blocos temáticos.

<i>Bloco</i>	<i>Questão Mobilizadora</i>
1	Com base nos dados sobre vitimização e percepção de segurança pelo/as estudantes que participaram da pesquisa, que caminhos são necessários para enfrentar a violência no território, de modo a fortalecer a escola como um local considerado seguro pelas/os estudantes?
2	Com base nos dados que a pesquisa trouxe sobre as repercussões educacionais da violência para jovens do ensino médio, o que é necessário e pode ser feito para minimizar a interferência da violência nas condições de permanência escolar e para fortalecer a escola pública como lugar de proteção nesse contexto?
3	A partir da escuta do que apontaram os/as estudantes participantes da pesquisa, que ações podem ser criadas na escola pública para fortalecê-la como espaço de prevenção e combate às violências existentes no seu entorno e que também afetam o cotidiano escolar?
4	Considerando os fatores de permanência escolar destacados pelos/as estudantes que participaram do estudo, que ações são necessárias para fortalecê-los, de modo a prevenir/combatê-los evasões escolares ocasionadas pela violência?

Os caminhos apontados a partir das questões mobilizadoras foram sistematizados em um quadro síntese ao final da oficina.

A segunda edição da oficina ocorreu foi realizada presencialmente, no dia 19 de outubro de 2023, no CDVHS. Neste encontro, participaram estudantes de escolas públicas de ensino médio do GBJ, que se

organizaram em 4 subgrupos, para que percorressem, alternadamente, 4 estações temáticas. Cada estação continha um bloco de dados da pesquisa e uma questão que deveria ser respondida a partir da leitura crítica desses dados e da experiência dos/das participantes, conforme consta a seguir:



Tabela 2. Estações temáticas.

<i>Estação</i>	<i>Descrição</i>	<i>Questão Mobilizadora</i>
1	Leitura crítica dos dados sobre vitimização e percepção de segurança apontados na pesquisa.	O que poderia ser feito para prevenir as violências que foram mencionadas pelos/as participantes da pesquisa?
2	Leitura crítica dos dados sobre as repercussões educacionais da violência que foram apontadas pelos/as participantes da pesquisa.	O que poderia ser feito para diminuir os efeitos da violência na vida escolar?
3	Leitura crítica dos dados da pesquisa sobre as sugestões que os/as participantes da pesquisa deram a respeito de ações de prevenção/combate à violência que poderiam ser criadas na escola.	Como colocar em prática as sugestões dadas pelos/as próprios estudantes para prevenção/ combate à violência no contexto escolar?
4	Leitura crítica dos dados da pesquisa sobre os principais fatores de permanência escolar, segundo os/as próprios/as estudantes.	Como fortalecer os pontos que ajudam os/as estudantes a permanecerem na escola?

Os caminhos apontados para cada questão mobilizadora também foram sistematizados em um quadro-síntese ao final do encontro.

A terceira edição da oficina foi realizada no dia 06 de dezembro de 2023, na sala do VIESES, no Departamento de Psicologia da UFC, com a participação de docentes e discentes do Curso de Graduação em Psicologia (Campus Benfica) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC, juntamente com referências comunitárias do GBJ que integram o CDVHS, o Fórum de Escolas Pela Paz do Grande Bom Jardim e a Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS). Em um primeiro momento, foi apresentado aos participantes o resumo dos principais dados da pesquisa e o quadro-síntese das duas

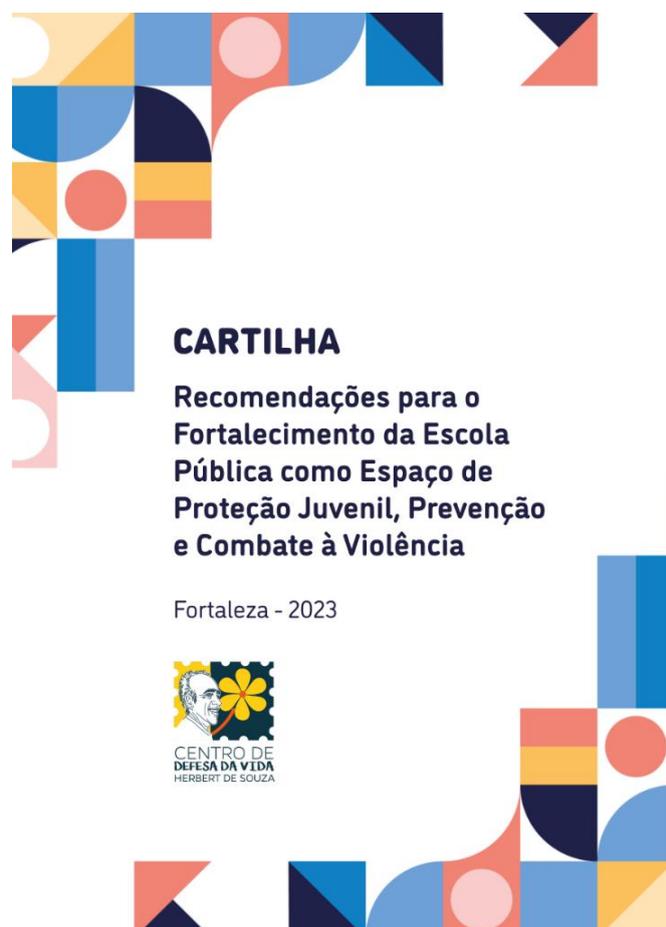
edições anteriores da oficina, contendo os caminhos indicados por gestores/as, professores/as e estudantes.

Ao final das oficinas, os textos das dez recomendações foram delineados junto ao GT da pesquisa, a partir da reflexão sobre os caminhos apontados nesses quadros-sínteses, visando contemplar o que foi indicado por todos os segmentos envolvidos. As recomendações foram divulgadas em formato de cartilha² (BARROS *et al.*, 2023b), a qual foi lançada em um evento ocorrido em uma das escolas do Grande Bom Jardim no dia 8 de novembro de 2024 e distribuída aos discentes, docentes e gestores das escolas públicas participantes, bem como aos membros de organizações voltadas à defesa dos direitos das juventudes no território e à SEDUC.

² Disponível em: <https://cdvhs.org.br/publicacoes/>



Figura 1. Capa da cartilha publicada.



A escolha metodológica possibilitou a exploração da potência do dispositivo grupal na proposta inter(in)ventiva do estudo. Entender o grupo como dispositivo (BARROS, 1996) diz respeito a vê-lo como um emaranhado de linhas que produz tensões, movimentos, criação e invenção, deslocando aquilo que está cristalizado. Ao tomar o grupo como dispositivo, questiona-se a separação entre sujeito do conhecimento e objeto a ser conhecido e colocam-se em cena os efeitos produzidos pelo grupo, pois “pensar o dispositivo é pensar os efeitos, é se aliar à ação/criação, é montar situações que articulem elementos heterogêneos acionando modos de funcionamento que produzirão certos efeitos” (BARROS, 1996, p. 105).

A construção das recomendações de forma coletiva, através da participação de diferentes sujeitos,

tensiona os modos hegemônicos de produzir conhecimento, assim como os locais de suposto saber que seriam ocupados pelos/as pesquisadores/as, possibilitando pesquisarCOM (MORAES, 2010) os/as participantes da investigação, e se apresenta, portanto, como uma escolha ético-estético-política, uma vez que atua “radicalizando a construção e análise coletiva da realidade vivida pelas participantes, abrindo caminhos para invenção e reinvenção com elas” (RODRIGUES; ASSIS; LEONARDO, 2021, p. 366).

Ao pensarmos uma metodologia de pesquisa participativa, que se propõe a ser inter(in)ventiva e que se produz COM os sujeitos, apostamos na construção de espaços dialógicos, através dos quais torna-se possível construir, durante a pesquisa, recomendações com vistas ao enfrentamento da violência no campo da investigação,

sem pressupor que tais caminhos possam ser pressupostos ou construídos de forma descontextualizada do campo e dos sujeitos que habitam e transformam cotidianamente esses territórios, considerando que o grupo pode construir não só linhas de fuga, mas linhas de luta, reverberando nas mobilizações sociais e políticas fortalezenses (RODRIGUES; ASSIS; LEONARDO, 2021)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inúmeras pesquisas revelam que a violência é um fenômeno complexo com características multifacetadas, expressando-se das mais variadas formas (BARROS; BENÍCIO; BICALHO, 2019; COLAÇO; QUIXADÁ; MENEZES; CAVALCANTE; SOUSA, 2021). Assim, a sua presença nas escolas não se trata apenas de uma questão de atitudes inadequadas por parte dos/as alunos/as, mas sim está relacionada com as diversas violências que permeiam a sociedade, cuja implicações podem ser percebidas na vida escolar das juventudes de modos diversificados (CAVALCANTE; NUNES; ALVES; GOMES; BARROS, 2022; SOUSA NETO *et al.*, 2022; BECKER; OLIVEIRA, 2023).

Nesse universo, as desigualdades socialmente construídas, naturalizadas e legitimadas pela colonialidade, muitas vezes, mobilizam a ocorrência de situações violentas na escola e em seu entorno, repercutindo na trajetória educacional de estudantes, principalmente daqueles/as em maior situação de vulnerabilidade. Destarte, diálogos com estudantes sobre prevenção e combate à violência apresenta-se como uma das recomendações conspiradas nas oficinas, sendo direcionada à construção de espaços dialógicos no ambiente escolar sobre diversidades e prevenção/combate às múltiplas formas de violência, articuladamente ao enfrentamento de questões como racismo, LGBTQIAPN+fobia, machismo e capacitismo.

Assim, depreende-se que estabelecer encontros e conversas constantes entre todos os atores escolares, organizados a partir da diferença, ao invés de tomar medidas punitivistas/omissivas ou de estimular a competitividade e o individualismo, parece ser um importante exercício por meio do qual pode-se constituir brechas favoráveis ao convívio e cuidado entre os diferentes corpos que compõem as territorialidades escolares, o que pode contribuir para a promoção da escola

como um espaço de proteção juvenil (MARANHÃO; COLAÇO; SANTOS; LOPES; COELHO, 2014). Para operacionalizar tal recomendação, os participantes apontaram a realização de oficinas, rodas de conversas, cinedebates, campanhas, entre outras, como importantes estratégias.

Contudo, o coletivo também parte do reconhecimento de que o setor da educação, apesar de seu papel chave, não solucionará sozinho os impactos da violência na vida escolar de estudantes, uma vez que os/as participantes da parte quantitativa da pesquisa indicaram o bairro e o caminho da escola como espaços inseguros (BARROS *et al.*, 2023a). Assim, posicionando-se contra o cenário de desassistência e gestão da morte nas periferias, a atuação intersetorial para prevenção e combate à violência nos territórios urbanos e nas escolas surge como um outro caminho, segundo as pessoas colaboradoras da pesquisa. Trata-se de investir nos laços intersetoriais de cooperação institucional, envolvendo áreas como educação, segurança cidadã, assistência social, saúde, cultura, esporte, emprego e renda, entre outras, para a apresentação e combate às violências vivenciadas por estudantes.

Em consonância com o que os/as participantes indicaram na pesquisa, Ferreira (2023) aponta que o combate à violência no ambiente escolar exige fluxos de trabalho intersetoriais, com ações amplas, sistêmicas e integrais que mitiguem possíveis riscos de violação de direitos de educandos, como o não acesso à alimentação, saúde e moradia, e combatam o genocídio das juventudes das margens urbana. Assim, deve-se considerar a interseccionalidade dos marcadores sociais da diferença e a multidimensionalidade da problemática da violência, com vistas ao desenvolvimento de ações que garantam efetivamente a proteção juvenil, o enfrentamento de desigualdades, a mobilidade urbana, acesso seguro e a permanência qualificada no contexto escolar.

Ainda na perspectiva intersetorial e de combate às condições de precarização da vida, também foi proposto pelos/as participantes a atenção às famílias de estudantes em situação de vulnerabilização social. Entendendo que a construção de uma rede de proteção social é fundamental no enfrentamento da violência (ALTAMIRANO; SOUSA, 2019), a terceira recomendação busca fortalecer estratégias de apoio pedagógico e socioeconômico a estudantes, considerando as desigualdades sociais e as

dificuldades de acesso e permanência na escola em função da violência, bem como de apoio socioassistencial e psicossocial às famílias em condição de vulnerabilização social, por meio do estabelecimento de parcerias entre a secretaria da educação e outras instâncias públicas e privadas.

No mais, entende-se que as condições estruturais desfavoráveis nas escolas é um cenário propício para a evasão de estudantes e à escalada de processos violentos nas suas mais diversas formas (CUSTÓDIO, 2024), podendo elas mesmas serem consideradas exemplares da violência. Mais do que isso, os/as estudantes participantes, na parte quantitativa da pesquisa, indicaram a amizades com colegas (70,2%), alimentação (43,3%), acesso à segurança (49,7%), participação em atividades artístico-culturais (43,8%) e lazer (37,8%) como fatores importantes para permanência na escola (BARROS *et al.*, 2023a). Portanto, recomenda-se também a melhoria das condições estruturais da escola, alimentação de qualidade e convivialidade, referindo-se à necessidade de propiciar a permanência qualificada na escola, por meio da melhoria de suas condições estruturais, da garantia de alimentação de qualidade e de espaços agradáveis, seguros e acessíveis para criação de vínculos, convivialidade, estudo, esporte, lazer e práticas artístico-culturais.

Aprofundando esta última, outra recomendação refere-se a ampliação de espaços artísticos e culturais nas escolas para potencialização da permanência estudantil, na busca por promover e ampliar atividades artísticas e culturais na escola, a fim de estimular e qualificar a permanência escolar, por meio da sua articulação com diferentes instituições, organizações e coletivos do território e da cidade, tendo como referência as potencialidades, os interesses e as experiências das próprias juventudes. Aposta-se na presença da arte e cultura nas escolas pelo seu potencial de trazer para o ambiente educacional a possibilidade de contato com o conhecimento para além do condicionamento cognitivo, contribuindo para a produção de novos modos de subjetivação, atuando na valorização do espaço da escola, na ressignificação dos processos de ensino-aprendizagem, na potencialização de linguagens que fogem da gramática colonial e no desenvolvimento, assim, de novas relações

entre os atores escolares, a escola e a construção de conhecimentos (CAVALCANTE *et al.*, 2021).

Outra recomendação é a promoção, prevenção e cuidado em saúde mental de juventudes em contextos de violência, entendendo que a violência traz inúmeras implicações para a saúde e vida das juventudes (GOMES *et al.*, 2018; BENÍCIO, 2018), com indicação de impactos nas condições emocionais (21,5%) e relatos de sentimentos de medo (17%) entre os/as jovens participantes da pesquisa quantitativa, especialmente entre dissidentes de gênero, raça e sexualidade (BARROS *et al.*, 2023a). Portanto, é de suma importância ampliar dispositivos psicossociais de atenção à saúde mental de estudantes, envolvendo ações de promoção de saúde e produção de cuidado diante de experiências de sofrimento, cumprindo a lei 13.935/2019³ (BRASIL, 2019), e de articulação entre escolas, comunidades, serviços da rede de atenção psicossocial e de outras políticas públicas voltadas à garantia de direitos de adolescentes e jovens.

Além disso, para além dos/as alunos/as, os/as profissionais da educação também estão sujeitos a presenciarem e sofrerem diversas formas de violência nas instituições escolares, e mesmo eles próprios podem ser desencadeadores de processos violentos. Por estabelecerem linha de frente como agentes de transformação e combate à problemática (CAVALCANTE *et al.*, 2021), é fundamental a valorização profissional, cuidado psicossocial e formação permanente de trabalhadores/as da educação. Ou seja, é preciso é fomentar estratégias de valorização profissional, garantia de condições laborais adequadas e apoio psicossocial para trabalhadores/as da educação pública, bem como ações de formação permanente de tais profissionais na perspectiva de fortalecer a escola como espaço de aprendizagem, respeito às diversidades, mediação de conflitos, prevenção/combate à violência e promoção de relações dialógicas, acolhedoras e de confiança entre gestão, docentes, discentes e colaboradores.

Estudos também apontam que, atualmente, além das questões estruturais do trabalho nesse campo, a formação dos profissionais de educação não colabora na constituição de pessoas preparadas para identificar e lidar

³ Promulgada em 11 de dezembro de 2019, dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

com situações de violência (CUSTÓDIO, 2024) ou, ainda, para criar um espaço dialógico e inclusivo de respeito às diferenças, como pensado na primeira recomendação. Portanto, os resultados da pesquisa também apontaram a importância de investir em processos contínuos de aperfeiçoamento, capacitação e renovação dos saberes necessários à atividade profissional em educação, entre os quais estão aqueles direcionados à prevenção/combate à violência nas escolas.

Junto a isso, recomenda-se a implantação de comissões de proteção e prevenção à violência nas escolas e fortalecimento de informações sobre canais e serviços disponíveis. Preconizadas pela Lei Estadual 17.253/2020 (CEARÁ, 2020), essas comissões têm o papel de desenvolver, com a comunidade escolar, planos de prevenção às diversas expressões de violência identificadas pela escola, além de realizar ações permanentes de sensibilização sobre uma cultura de paz junto às instituições. Mais do que isso, é preciso garantir fluxos permanentes de informação e orientação, por meio de diferentes linguagens, a respeito de canais e serviços disponíveis na rede de proteção que podem ser acessados por estudantes, gestores e profissionais diante de situações de violência, garantindo a proteção juvenil e o apoio institucional à comunidade escolar.

Muitas vezes marcadas por diversos preconceitos e pela dificuldade de entender as realidades dos educandos, especialmente daqueles de contextos periféricos, as escolas acabam criando um abismo entre suas propostas pedagógicas e as experiências cotidianas de seus/suas alunos/as (CUSTÓDIO, 2024). Ao operarem descoladas dos territórios onde estão inseridas e das necessidades, desejos, afetos dessas juventudes, com os modos engessados de construir conhecimento, dificultam a criação de vínculos com a escola, com a sala de aula, com os/as trabalhadores/as que ali atuam. Diante disso, outra recomendação é a articulação entre Escolas e Territórios para a defesa da vida das juventudes e o enfrentamento das repercussões educacionais da violência, visando implementar estratégias que fortaleçam a cooperação entre escolas públicas e a articulação destas com os territórios onde estão inseridas, envolvendo fóruns, grêmios estudantis, coletivos juvenis, conselhos escolares, organizações da sociedade civil e movimentos sociais que atuam na garantia de direitos, possibilitando a elaboração de ações conjuntas que promovam a vida de juventudes e

minimizem repercussões educacionais da violência existente em territórios urbanos.

Por fim, o fomento de estudos para auxiliar a elaboração de políticas públicas que fortaleçam a escola como espaço de proteção juvenil, prevenção e combate à violência, propondo fomentar monitoramentos, análises e sistematizações de dados sobre as repercussões da violência na vida de estudantes, sob um prisma interseccional e multidimensional, a partir de parcerias entre poder público, órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), instituições de ensino superior e outras instâncias produtoras de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o preocupante cenário de aumento da violência armada nas periferias de Fortaleza-CE e suas repercussões nos cotidianos de estudantes de escolas públicas periféricas, buscamos, por meio de uma inter(in)venção, construir recomendações apoiadas em múltiplas vozes e sob diferentes prismas, de modo a refletir intersetorialmente e transdisciplinarmente em caminhos possíveis e eficazes de enfrentamento à problemática do estudo. Como parte desse processo, destacamos a experiência da colaboração conjunta no pensar e fazer a pesquisa, operalizada pelo GT criado. Fruto dessa vivência, surge como dispositivo de investigação a realização de três versões de uma oficina, que teve como proposta refletir, coletivamente, sobre ações necessárias para fortalecer as instituições escolares como espaço de proteção juvenil e combater prejuízos causados pela violência na vida escolar de juventudes situadas nas margens urbanas.

Na contramão de ceder à objetificação e extrativismo típicos da colonialidade que recheia modos tradicionais de fazer pesquisa, o desenvolvimento de um estudo sintonizado com segmentos envolvidos no assunto, operacionalizadas através do GT da pesquisa e de três edições da oficina, possibilitou que a violência e suas repercussões educacionais fossem pensadas em sua integralidade, a partir do compartilhamento ativo, aberto e livre de saberes em parceria com a possibilidade de ampliar e transformar os conhecimentos prévios, movimentar o engajamento, fomentar o pensamento crítico e agenciar novas apropriações da problemática. Tal práxis se faz inter(in)ventiva por não se construir somente

pelo olhar da academia, mas pela confluência entre sujeitos coimplicados na temática.

Desse modo, a partir da radicalização da análise do problema e da construção de saídas em conjunto, a pesquisa deu espaço para a confabulação de saberes e narrativas engajadas e localizadas que afirmam as experiências vividas dos/as participantes, suscitando

fissuras de(s)coloniais na produção de conhecimento. Resultado desses encontros, o estudo resultou em dez recomendações que contribuem para o campo dos estudos da violência quando pensadas em sua inusitada abertura à construção coletiva do desenho de intervenções e dos saberes produzidos.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALTAMIRANO, T. H.; SOUSA, B. D. L. **Cuidando em rede: saberes e práticas na atenção a famílias de vítimas de homicídios.** Fortaleza: Instituto OCA, 2019.

BARROS, R. D. B. Dispositivos em ação: o grupo. **Cadernos de Subjetividade**, v. 1, n. 1, p. 97-106, 1996.

BARROS, J. P. P. Juventudes desimportantes: a produção psicossocial do “envolvido” como emblema de uma necropolítica no Brasil. In: COLAÇO, V. *et al.* (Orgs). **Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019. p. 209-238

BARROS, J. P. P.; CALAIS, L. B.; SILVA, D. B.; GOMES, C. J. A. Processos de subjetivação em territorialidades urbanas: deslocamentos decoloniais na pesquisa-inter(in)venção em psicologia. In: LEMOS, F. C. S. *et al.* (Org.). **Produção da diferença, saúde coletiva e formação: dispositivos transdisciplinares nas políticas públicas.** Curitiba: Editora CRV, 2021. p. 651-666.

BARROS, J. P. P. *et al.* “Pacificação” nas Periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, v. 9, p. 115-126, 2018.

BARROS, J. P. P. *et al.* Relatório da pesquisa: Violência no Grande Bom Jardim sob a perspectiva de estudantes de escolas públicas de ensino médio: vitimização, percepções sobre segurança e repercussões educacionais. **Relatório da pesquisa.** Fortaleza: Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa, 2023a. Disponível em:

<https://cdvhs.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 05 fev. 2025.

BARROS, J. P. P. *et al.* Cartilha: Recomendações para o Fortalecimento da Escola Pública como Espaço de Proteção Juvenil, Prevenção e Combate à Violência. **Cartilha.** Fortaleza: Expressão Gráfica, 2023b. Disponível em: <https://cdvhs.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 05 fev. 2025.

BARROS, J. P. P.; BENICIO, L. F.; BICALHO, P. P. Violências no Brasil: que Problemas e Desafios se Colocam à Psicologia? **Psicol. cienc. prof.**, v. 39, n. spe2, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225580>.

BECKER, K. L.; OLIVEIRA, J. A. Efeitos da violência escolar e urbana sobre a proficiência dos alunos em escolas públicas no Rio Grande do Sul. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 63, 2023.

BENÍCIO, L. F. S. **Homicídios de jovens na cidade de Fortaleza: práticas institucionais no cotidiano da Estratégia Saúde da Família.** 2018. 201f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza, 2018.

BENÍCIO, L. F. S. **Por uma de(s)colonização da saúde mental: vozes negras na produção do campo da atenção psicossocial do Ceará.** 2022. 180 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de

serviço social nas redes públicas de educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF; 2019.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2018.

CAVALCANTE, L. F.; NUNES, L. F.; ALVES, I. S.; GOMES, C. J. A.; BARROS, J. P. P. Efeitos psicossociais da violência armada no cotidiano de estudantes de uma escola pública da periferia de Fortaleza. **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências**, v. 5, n. 1, 2022.

CAVALCANTE, L. F. *et al.* Fórum de Escolas do Grande Bom Jardim: práticas de enfrentamento à violência armada em territorialidades escolares de periferias de Fortaleza. **DESIDADES-Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude**, n. 30, p. 30-50, 2021.

CEARÁ. A Lei Estadual nº 17.253, de 29 de Julho de 2020, autoriza a criação das Comissões de Proteção e Prevenção à Violência contra crianças e adolescentes nas escolas da rede pública e privada do Estado do Ceará. **Ministério Público do Estado do Ceará**, 2020.

COLAÇO, V. D. F. R.; QUIXADÁ, L. M.; MENEZES, J. A.; CAVALCANTE, A. J. L.; SOUSA, R. N. Aproximações do Campo-tema Juventude e Violência na Periferia de Fortaleza. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 474-493, 2021. DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2021.61052>.

COSTA, E. A. G. A.; MOURA JUNIOR, J. F.; BARROS, J. P. P. Pesquisar n(as) margens: especificidades da pesquisa em contextos periféricos. *In*: CERQUEIRA-SANTOS, E.; ARAÚJO, L. F. (Org.). **Metodologias e Investigações no Campo da Exclusão Social**. 1ed. Teresina: EDUFPI, 2020. p. 13-31.

CUSTÓDIO, V. **Evasão Escolar no ensino médio noturno**: determinantes sociais, culturais e históricos. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação Superior de Inhumas, Inhumas, 2024.

FERREIRA, A. L. A escola e a rede de proteção de crianças e adolescentes. *In*: ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q.; NJAINE, K.

Impactos da violência na escola: um diálogo com professores. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, CDEAD/ENSP, 2023. p. 237-262.

GOMES, M. A. *et al.* Como lidar com os efeitos psicossociais da violência?: curso de capacitação como um dispositivo clínico e político. *In*: LOPEDOTE, M. L. G.; MAYORCA, D. S.; NEGREIROS, D.; GOMES, M. A.; TANCREDI, T. (Org.). **Corpos que sofrem**: como lidar com os efeitos psicossociais da violência?. Santa Catarina: Editora Elefante, 2018. p. 69-79.

MARANHÃO, J. M.; COLAÇO, V. F. R.; SANTOS, W. S.; SANTOS, W. S.; COELHO, J. P. L. Violência, risco e proteção em estudantes de escola pública. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 26, p. 429-444, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/853>.

MENEZES, J. A.; COLAÇO, V. F. R.; ADRIÃO, K. G. Implicações políticas na pesquisa-intervenção com jovens. **Revista de Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 8-17, 2018.

MORAES, M. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. *In*: MORAES, M. E; KASTRUP, V. **Exercícios de ver e não ver**: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010.

PAIVA, L. F. S. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Caderno CRH**, v. 32, n. 85, p. 165-184, 2019. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i85.26375>.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.) **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010.

RODRIGUES, J. S.; ASSIS, P. M.; LEONARDO, C. S. O dispositivo grupal como estratégia de apoio psicossocial e resistências: inter(in)venções com mulheres e mães de jovens assassinados ou encarcerados. *In*: BARROS, J. P. P.; RODRIGUES, J. S.; BENÍCIO, L. F. S. (Orgs.). **Violências, Desigualdades e (Re)Existências**: Cartografias Psicossociais. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2021. p. 361-379.

RODRIGUES, J. S. **Mães da periferia entre luta e luto: práticas de resistência e cuidado de mulheres que tiveram filhos/as assassinados/as no Ceará.** 2022. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

SILVA, E. H. B.; NEGREIROS, F. Violência nas escolas públicas brasileiras: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Psicopedagogia**, v. 37, n. 114, p. 327-340, 2020. DOI: <https://doi.org/10.51207/2179-4057.20200027>.

SOUSA NETO, R. C. *et al.* Juventudes negras de escolas públicas de periferias de Fortaleza: narrativas e re-existência frente ao racismo. **DESIDADES-Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude**, n. 34, p. 53-72, 2022.

